

RESENHA

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo, Jandaíra, 2021.

Jaíne Chianca da Silva¹

O livro *Transfeminismo* (2021), publicado pela editora Jandaíra, é de autoria de Letícia Carolina Pereira do Nascimento, mulher travesti, negra, gorda e piauiense. Filha de Xangô e Oyá. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É pedagoga e professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutora em Educação (UFPI). Atua em vários núcleos acadêmicos, dentre eles destacamos: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Gênero e Cidadania (NEPEGECI/UFPI); a Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS/UFRPE); e Políticas do Corpo e Diferenças (POC's/UFPEL). Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia (AINPGP).

Em suas investigações, a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença. Seu extenso currículo transgride a rigidez acadêmica, colocando sua práxis subjetiva ao passo que desconstrói gênero e reconstrói respeito em espaços onde quase sempre há violência.

Transfeminismo faz parte da coleção *Feminismos Plurais*, coordenada pela filósofa e feminista Djamila Ribeiro. O livro é fruto das recentes discussões que têm

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutoranda em História na UFSC. E-mail: jaine.chianca@gmail.com

como protagonistas as pessoas integrantes das comunidades trans e travestis, que apesar de serem sujeitas de pesquisa desde a segunda metade do século XX, somente nos últimos anos têm publicado seus próprios trabalhos. A pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira quando escreveu em um dos paratextos editoriais do livro (mais especificamente na orelha esquerda) expôs que “os gritos ficam cada vez mais altos. Chegam cada vez mais perto, arrebatando portas e janelas, exigindo um lugar na festa: nós podemos falar por nós mesmas! Nunca mais o silêncio em nossas bocas [...] Podemos falar juntas, construir alianças”. No texto fica evidente a vontade urgente e intensa de falar, de transformar a raiva enquanto linguagem em forma de ação (expressão proposta por Audre Lorde). É um chamado para se unirem, pois enquanto coletivo são mais potentes, isto, portanto, também é transfeminismo.

A obra condensa ao longo de 180 páginas sete capítulos, além dos elementos pré-textuais (apresentação) e pós-textuais (referências bibliográficas). Apresenta discussões sobre o campo de gênero; a proposta de termos como mulheridades e feminilidades enquanto categorias de análise; críticas ao feminismo hegemônico e ao sistema héteroCISnormativo; as questões sobre corporalidades e a pauta sobre o transfeminicídio. Em linhas gerais, o objetivo do livro é debater sobre a categoria do transfeminismo, que apesar de ser recente na produção brasileira, possui muita potência, como elencado pela própria autora ao conceituá-lo. Dentre tantas possibilidades está o fato de que ao nomear, o transfeminismo evidencia diversas opressões, fazendo um jogo linguístico não somente para se colocar no discursivo, mas para subverter a própria língua do opressor.

Na *Introdução*, o/a leitor/a se deparará com uma questão emblemática: “E não posso ser eu uma mulher?” A pergunta nos remete a um trecho histórico do discurso de Sojourner Truth, em Ohio, nos anos de 1851. Truth era muito religiosa e percebeu em suas pregações que mulheres brancas e negras recebiam tratamentos diferentes. Deste modo, ela questionou: “E eu não sou uma mulher?”. Nascimento, ao renovar o discurso de Truth, evoca o verbo poder, procurando desestabilizar a concepção universal da categoria de gênero, como também,

criticando quem determina quais atributos/caraterísticas/histórico/signos um corpo precisa ter para ser considerado mulher e quais não. Neste debate, a discussão que a historiadora Luisa Passerini faz sobre a categoria gênero na história oral é de grande contribuição. A autora (2011, p. 106) demonstra que gênero pode ser uma categoria útil de análise histórica desde que nela sejam acrescentadas uma série de “ses”, dentre eles destacamos: “se o gênero for tratado como um conceito relacional [...] se o gênero for combinado a outras categorias de diferença, como classe, idade, cultura e religião [...] se o próprio gênero for pluralizado, abrigando a multiplicidade das opções sexuais identitárias”. Passerini propõe que ao gênero sejam acrescentados diversos marcadores sociais como raça, sexualidade, etarismo, localidade, dentre outros. Já Nascimento identifica que a categoria, enquanto ferramenta política, está em constante disputa, portanto, o transfeminismo precisa reivindicar para si que o gênero não recorra a uma matriz biologizante e binária, mas ao ser subversivo, que as discussões dentro do campo incluam também as mulheres travestis e trans.

Fazendo um link com esta discussão, no capítulo *Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo* (p. 24) Nascimento afirma que o gênero é um conceito em disputa, porém, são nos feminismos que a categoria sofre verdadeiramente, pois muitas vezes as feministas insistem em delimitar quem pode e quem não pode ser mulher (p. 20). Neste debate a autora apresenta os conceitos de mulheridades e feminilidades. O primeiro serve para “demarcar os diferentes modos pelo [sic] quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas” (p. 25). Por sua vez, “feminilidades” é usado “de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões” (p. 25). A pluralidade proposta pelos dois termos desloca conceitos políticos essencialmente universais e busca superar a concepção natureza/cultura, para, por fim, dessencializar a categoria de gênero. O transfeminismo, ao criar estes e outros termos como, sujeites e traviacardo, está intervindo dentro da própria lógica binária de opressão.

Ao cunhar a expressão metafórica da “mulher original do feminismo” (p. 26), referindo-se a mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra e sem deficiências, poderia ter sido acrescentado outro recorte, o de lugar, pois, historicamente, o feminismo hegemônico foi visto a partir das vivências de mulheres do norte global, que não entendiam as pautas das mulheres colonizadas de vários países do sul global. Deste modo, o lugar também é político e se soma aos diversos marcadores interseccionais utilizados para oprimir mulheres há muitos séculos.

Na sequência, em *Mulheres transexuais e travestis: the outsiders non Sisters*, o transfeminismo é explicado pela Nascimento (p. 58) como um “lugar de luta política e de produção intelectual, compartilhado por pessoas que se autodefinem mulheres, *queers*, mulheres travestis, mulheres transgêneras, mulheres transexuais, pessoas não binárias, travestis”, dentre tantas outras identidades transviadas. Ao elencar as diversas identidades que podem compartilhar da luta transfeminista, a autora demonstra como o movimento não tem o intuito de desfragmentar ou hierarquizar os feminismos, pelo contrário, objetiva somar e lutar contra as diversas opressões que as mulheres sofrem diariamente. Em linhas gerais, o transfeminismo tem potencial para fortalecer os feminismos em uma ação de união de *sisters* e não de *outsiders*.

Em *Cisgeneridade, despatologização e autodeterminação: nós por nós mesmas!*, a autora vai trabalhar em torno do conceito de cisgeneridade (p. 97), utiliza o significado da pesquisadora Beatriz Bagagli (2015), para a qual o prefixo “cis” significa “ao mesmo lado”, fazendo oposição ao prefixo “trans”, “do outro lado”. A partir disso, as identidades cisgêneras, “dentro da norma”, gozam de privilégios que as colocam como matriz universal, enquanto às trans se estabelece uma relação de antônimo, caracterizadas como artificiais, falsas identidades que fogem da realidade CISnormativa. Esta discussão nos incita a refletir que a partir do momento que desnaturalizamos uma normalização, fenômenos como “nasce com um pênis = homem, tem que usar azul, ser ativo, agressivo, provedor,...” começam a ser tratados como construções, como artificiais. Entretanto, não é porque são artificiais que as violências não são reais.

Sobre a patologização das identidades trans, Nascimento (p. 108) utiliza a obra de Paul Preciado (2018) para escrever que o termo “transexualismo” entrou na literatura médica em 1954, nos estudos do endocrinologista Harry Benjamim. Somente em 2018 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a classificação da transexualidade do capítulo de “Transtornos Mentais e Comportamentais”, da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), criando um novo capítulo: “Condições Relacionadas à Saúde Sexual”. Ou seja, há mais de 50 anos que as subjetividades trans vêm sofrendo com a patologização de suas identidades, dentro e fora de diversas instituições médicas.

No penúltimo capítulo, *Corporalidades transgêneras: autodeterminação como insurgência ao sistema*, a autora refletiu sobre as corporalidades. Nessa discussão, as narrativas ciborgues tiveram destaque, uma vez que abrangem corpos diversos, seja de travestis, trans, seja de pessoas cisgêneras. A potência analítica do ciborgue faz emergir nos corpos processos de fabricação, de intervenção, independentemente do gênero. Nascimento vai questionar (p. 138) por que, em geral, nas sociedades ocidentais, o uso de biomoléculas por corpos cisgêneros é tão popular e naturalizado, enquanto que em corpos trans “qualquer tipo de intervenção corporal, muitas vezes, passa por vieses morais e patologizantes que buscam normatizar as subjetividades trans*, reconduzindo-as a uma naturalidade essencial cis-heteronormativa” (p. 138). Enquanto para os corpos trans passar por processos cirúrgicos e hormonais são direitos regulados pelo Estado, para corpos cis, esses processos são considerados estéticos e do âmbito privado.

Ao historicizarmos as identidades T's (transexuais, travestis e transgêneras) percebemos que a transgeneridade não é uma construção de poucas décadas, pelo contrário, resiste há muitos séculos, com outros nomes, mas permeada de invisibilidade, do não-nomear e do não-dito. Precisa-se entender que pessoas cisgêneras são tão fabricadas quanto pessoas trans e que pessoas trans são tão naturais quanto pessoas cis. Só a partir desta percepção, este antagonismo (talvez) comece a caminhar para seu fim.

No último capítulo, *Vidas Trans* importam: transfeminicídio também é uma pauta feminista*, a autora vai pontuar a importância de entender as opressões a partir de um olhar interseccional. Para isto, ela desenvolve tensionamentos em discursos universalizantes, como: “As vidas das mulheres importam’, abrange mulheres transexuais e travestis?” (p. 161), “Vidas negras importam’, estamos também nos referindo a mulheres e homens trans e travestis negras e negros?” (*idem*), “Vidas LGBTQIA+ importam’, o ‘T’ da sigla realmente contempla a população trans*?” (*idem*). Os questionamentos são usados para causar rupturas, impulsionar reflexões e mudanças.

Outro ponto fulcral abordado foi sobre o transfeminicídio (p. 167). Diferente do feminicídio, que em alguns casos é entendido como violência praticada contra identidades que possuem vagina, o transfeminicídio, enquanto categoria, abarca uma pluralidade maior de mulheridades, causando um alargamento conceitual, entendendo que indivíduos/es que performam identidades de gênero femininas compartilham de uma vulnerabilidade social em comum. Nesta discussão, Nascimento (p. 176) destaca a pesquisa de Bruna Benevides (ANTRA) e Sayonara Nogueira (IBTE), realizada desde 2017, registrando que de 2008 a 2020 houve uma média de 122, 5 assassinatos de pessoas transgêneras por ano, colocando o Brasil no *ranking* mundial de homicídios de travestis e transexuais. O número é difícil de ser digerido e expõe como o transfeminicídio é uma violência de gênero que faz vítimas diariamente.

O ativismo de Letícia Nascimento, Bruna Benevides, Sayonara Nogueira, Carolina Iara, Duda Salabert, Linda Brasil, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Renata Carvalho, dentre tantas outras, demonstra a potência dessas sujeitas ao se colocarem enquanto produtoras de saberes e devires, além disso, essas militantes demarcam que em seus corpos as pioneiras dos movimentos travestis no Brasil ainda vivem, com atenção especial à Xica Manicongo. Os espaços ocupados por elas e tantas outras são resultados de lutas ferrenhas travadas com o Estado, com a sociedade, com a medicina, Igreja, que sempre [re]produziram discursos sobre seus corpos enquanto patológicos, errados, fora da norma.

Por fim, é importante assinalar a temática do *Transfeminismo* em comprometimento com os estudos propriamente feministas. A obra tem muito a acrescentar com propostas epistêmicas, tensionando o próprio feminismo a uma maior abertura e inclusão de outras pautas, um movimento plural. Além disso, a questão das identidades trans e travestis, apesar de ter produções significativas e sedimentadas, ainda precisa de muito debate não somente na historiografia, mas também na nossa literatura didática e de massa – para o grande público. Letícia Nascimento escreve com um vocabulário acessível, possibilitando que a obra seja utilizada para discussões tanto no ensino básico, no superior, como para fora dos muros acadêmicos.

Referências bibliográficas

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução: Stephanie Borges. – 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo, Jandaíra, 2021.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

Recebido em 08 de agosto de 2023
Aprovado em 20 de agosto de 2023